

PROCESSO - A. I. Nº 232943.0014/08-0
RECORRENTE - LAÍS COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. (DROGARIA RENASCER)
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 1ª JJF nº 0168-01/09
ORIGEM - INFAZ ITABUNA
INTERNET - 09/07/2010

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0185-12/10

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. Nos termos do Art. 156, inciso I do CTN extingue-se o crédito tributário com o pagamento total do débito pelo sujeito passivo, ficando, consequentemente, também extinto o processo administrativo fiscal em conformidade com o inciso IV, do artigo 122, do RPAF/99. Recurso Voluntário **PREJUDICADO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata o presente processo de Recurso Voluntário interposto pelo contribuinte, inconformado com a Decisão de 1ª Instância deste CONSEF, com base no art. 169, I, “b”, do citado Regulamento.

O Auto de Infração, lavrado em 29/08/2008, exige o ICMS pela falta de seu recolhimento por antecipação, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas nos anexos 88 e 89 [constantes do inciso II do art. 353 do RICMS/97], nos meses de maio e junho de 2005, exigindo imposto no valor de R\$791,41, acrescido da multa de 60%. Na descrição dos Fatos consta que o contribuinte adquiriu produtos farmacêuticos da empresa PROFARMA Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S/A, oriundos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, sem efetuar a antecipação tributária, conforme relação de notas fiscais, gerada a partir das informações contidas nos arquivos magnéticos – Convênio ICMS 57/95 – e amostragem de cópias das notas fiscais em anexo.

A 1ª JJF após análise das razões de defesa e da informação prestada pelo autuante decidiu pela procedência total do Auto de Infração.

Irresignado com a Decisão prolatada, a empresa apresenta Recurso Voluntário (fls. 69/80) objetivando reformar a Decisão recorrida. Analisando as determinações dos art. 1º, 4º e 8º da Lei nº 7.014/96, bem como as do art. 371, do RICMS/BA, afirma que a autuação não se encontra revestida de legalidade e a exigência tributária é indevida, pois não foi observado o princípio da verdade material. Analisando as disposições contidas no art. 125 do RICMS/BA, ressalta de que não se pode questionar que o imposto somente pode ser exigido se houvesse a conjunção de três situações previstas em Lei e Regulamento, ou seja: a) que houvesse adquirido a mercadoria; b) que as mercadorias houvesse efetivamente ingressado no Estado da Bahia e c) que o ICMS correspondente não tivesse sido recolhido. Assim e na presente situação, a simples apresentação de relatório baseado em dados do SINTEGRA, ou mesmo, a apresentação, por amostragem, de notas colhidas em estabelecimento de outra unidade da Federação não tem o condão de comprovar o ingresso das mercadorias em território baiano, nem demonstrar as suas efetivas aquisições. No caso, o ônus da prova cabe ao acusador.

E, se alguma dúvida ainda existisse, traz em suas razões recursais do CTN, bem como, entende que para o caso em tela não existe a analogia já que existem algumas cópias de notas fiscais apensadas e

Por fim, pede a improcedência da autuação;

A PGE/PROFIS emite Parecer (fls. 85/87), opinando pelo Provimento do Recurso Voluntário. Inicialmente informa que a matéria objeto do presente Auto de Infração já foi objeto de longo debate em reunião administrativa da PROFIS/SECON, por conta da sua importância e repercussão.

Relatando, em síntese, o ponto trazido pelo recorrente para reforma da Decisão de 1º Grau, ressalta de que as provas matérias não foram carreadas aos autos e ao autuante cabe produzi-las, diante da regra processual da divisão do ônus da prova. Em assim sendo, afirma que o caso em análise é de improcedência da autuação, já que não se pode afirmar se houve o cometimento da irregularidade apontada, sendo, pois, questão de mérito. Para corroborar este posicionamento transcreve Recurso Especial 2004/0121857-5 DJe 02/09/2008 e Recurso Especial 2001/0066393-6 DJ 22/04/2002, onde inclusive resta entendido de que “o juiz não pode eternizar a pesquisa da verdade, sob pena de inutilizar o processo e de sonegar a Justiça postulada pelas partes”.

A ilustre procuradora assistente em exercício, através de manifestação às fls. 88, acolhe integralmente os termos do opinativo exarado.

Em 1/6/2010 o processo foi dado como instruído por esta relatora para ser submetido à pauta de julgamento (fl. 88 verso).

Em 11/6/2010 foi anexado aos autos comprovante de pagamento total do Auto de Infração (fl. 90) realizado em 26/5/2010 através do benefício da Lei nº 11.908/2010 (fls. 91/93).

VOTO

O Auto de Infração exige o ICMS pela falta de seu recolhimento por antecipação, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, nos meses de maio e junho de 2005, exigindo imposto no valor de R\$791,41, acrescido da multa de 60%.

Antes do julgamento do presente Auto de Infração para apreciação do Recurso Voluntário interposto, o recorrente usando do benefício que lhe concedeu a Lei nº 11.908/2010 recolheu o valor total do imposto ora exigido, implicando, assim, em renúncia expressa do recorrente ao Recurso Voluntário interposto, tornando-o ineficaz, conforme previsto pelo Art. 122, inciso IV do RPAF/BA. Em consequência, fica EXTINTO o processo administrativo fiscal, nos termos do Art. 156, inciso I do CTN e PREJUDICADA o Recurso Voluntário apresentado, devendo os autos ser remetidos à repartição fiscal de origem para homologação do pagamento e, após, arquivamento do processo.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário apresentado e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº 232943.0014/08-0, lavrado contra **LAÍS COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. (DROGARIA RENASCER)**, devendo os autos ser encaminhados à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento e, após, o arquivamento do processo.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de junho de 2010.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE

MÔNICA MARIA ROTERS - RELATORA